

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA - MAIO/2001

Aos três dias do mês de maio de 2001, às nove horas e vinte e cinco minutos, na sala de reunião(sala 42) da SES-TO, deu-se início a Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, pelo Senhor Presidente-Substituto, Carlos Alberto Zandoná, com as presenças: **SES**, Marússia Medrado dos Santos-ASPLAM/SES, Marleide Aurélio da Silva-VIGEP/SES, Nilza Tedesco Reis-Controle e Avaliação/SES, Maria Helena Pullen-Diretora de Saúde/SES, Argemiro da Silva Filho- Coord. Financeiro/SES. **COSEMS**: Ana Cristina B. Mendonça-SEMUS/Palmas, Furtunato Soares Barros-SMS/Gurupi, Gildo Luiz Vieira-SMS/Nova Rosalândia; Raimundo Nonato Freitas-SMS/Taguatinga; José da Silva-SMS/Augustinópolis; Ademar José dos Santo SMS/Araguaína **Suplentes**: Orivaldo Mendes da Cunha-SMS/Colinas, **CONVIDADOS**: Suelen Cristine M. Oliveira Rocha SES/TO; Gábia Gerciann V. Oliveira-Ass. Jurídica; José Alves Neto -Dianópolis; Paulo Antônio P. da Silva – HRD; Terezinha de Jesus Pinheiro Franco SES-TO; Valéria Vieiro Aquino- VIGISUS/SES-TO, Adenilda Borges SES/TO; Raimunda Fortaleza de Souza COSEMS/TO; Wilmar da Araújo Mendes CUT/TO; Sayonara de Sousa Milhomens SMS Figueirópolis/TO; Ivan Marquez Moura SMS-Formoso do Araguaia/TO; Sandro Scarpetta-SMS/Guarai. **Procede-se** à apresentação da pauta, sendo aprovada, seguindo a ordem: ITEM 01 – **APRECIÇÃO DA ATA DO DIA 05/04/2001**: A referida ata ficou aprovada sem alterações. **ITEM 02- PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**: Suelen Cristine M. Oliveira Rocha SES/TO faz a apresentação do Plano informando que o MS pediu que todos os Estados fizessem uma reavaliação de seus planos estaduais, e que para a execução de um novo plano o Ministério da Saúde estabeleceu alguns pontos, como: qualidade, segurança, eficácia e uso racional dos medicamentos considerados essenciais à população. A Política Nacional de Medicamentos estabelece diretrizes para o bom andamento, entre elas o RENAME (Relação Nacional dos Medicamentos Essenciais), onde o MS se responsabiliza pela atualização contínua dessa lista para que os Estados e Municípios façam suas relações de medicamentos através de seus planos de acordo com suas realidades epidemiológicas. Outra diretriz é a promoção de processos educativos e informativos que partiriam do médico ao paciente sobre o uso racional de medicamentos. Delegando também responsabilidades aos Gestores, onde o Gestor Federal presta atenção técnica e financeira para outros níveis de gestão, o Gestor Estadual forma e executa o plano, o Gerente Regional coordena de

34 acordo com o Gestor Estadual e o Gestor Municipal planeja as ações de saúde e seleciona
35 os medicamentos de acordo com sua realidade epidemiológica. Os recursos para a
36 implantação da Assistência Farmacêutica seria um somatório do total de R\$ 2,20 (dois reais
37 e vinte centavos), onde o Gestor Federal repassaria R\$ 1,00 (um real)por habitante/ano, o
38 Gestor Estadual R\$0,60 (sessenta centavos) por habitante ano e o Gestor Municipal R\$
39 0,60 (sessenta centavos) por habitante ano, sendo que o repasse estadual seria feito na
40 forma de medicamentos. O objetivo do plano é assegurar à população alvo os programas
41 prioritários de saúde, onde contém 64 (sessenta e quatro) itens para abranger as principais
42 patologias da Atenção Básica. Ademar José dos Santos-SMS/Araguaína questiona sobre a
43 participação do Estado que até hoje não ocorreu. Suelen Cristine M. Oliveira Rocha-SES/TO
44 diz que ainda está em fase de implantação o laboratório do Estado, FARMATINS, onde
45 fornecerá principalmente ao Tocantins, conforme já acontece em outros Estados. O
46 Presidente-Substituto, Carlos Alberto Zandoná, acrescenta que logo que estiver pronto
47 resolverá o problema do fornecimento da parte do Estado e venderá para os municípios
48 com preço a baixo do praticado no mercado, pedindo a todos paciência que logo será posto
49 em funcionamento. Ademar José dos SantosSMS/Araguaína pergunta como serão
50 fiscalizados os repasses. Suelen Cristine M. Oliveira Rocha responde dizendo que os
51 repasses serão prestados conta na forma de relatórios e apresentação de notas fiscais.
52 Encerrando a apresentação, fica pactuado a reformulação do Plano Estadual de Assistência
53 Farmacêutica. ITEM 03 – PROPOSTA DE MUDANÇA DO PALNO DE TRABALHO DO
54 PROJETO VIGISUS: Valéria Vieiro Aquino faz a apresentação propondo um
55 remanejamento no Convênio 625/99 da SES, solicitando que na Área IV de estruturação de
56 ações voltadas para saúde indígena no valor de R\$ 221.986,000 ((duzentos e vinte e um
57 mil, novecentos e oitenta e seis reais) sejam remanejados para as Área I – que cuida da
58 parte de estruturação da assistência da Vigilância Epidemiológica e Área III – que cuida da
59 parte de estruturação de ações e prevenções de controle de doenças da Amazônia Legal.
60 Essa alteração se dá porque quando o projeto foi elaborado não existia uma política que
61 cuidasse especificamente da saúde do Índio, sendo que agora a saúde do indígena é
62 coordenada pela FUNASA, que também recebe o Componente I do VIGISUS para prestar
63 atendimento. Por isso técnicos da FUNASA e da SES se reuniram e chegaram a conclusão
64 de que ocorreria paralelismo das ações, sendo consultado então, o MS que autorizou o
65 remanejamento. Ivan Marquez Moura SMS-Formoso do Araguaia questiona a retirada do

66 recurso que seria para a saúde do índio a ser usado para outros fins. Valéria Viero Aquino
67 explica que não foi tirado recursos e sim estes foram contemplados em outra fonte. Explica
68 ainda que a FUNASA através do convênio com a FASAM e recursos do VIGISUS, está
69 contemplando o atendimento, na contratação de pessoal, capacitação de agentes indígenas
70 e fazer a parte preventiva da saúde do índio. A SES destinará os recursos para serem
71 aplicados nos Pólos de Capacitação. Ivan Marquez Moura SMS-Formoso do Araguaia pede
72 que esse remanejamento seja repassado aos municípios como suporte. Valéria Viero
73 Aquino diz que esse projeto é para treinamento e capacitação de todo o Estado e não a
74 alguns municípios. Marleide Aurélio da Silva-VIGEP/SES esclarece que a área indígena não
75 está sendo prejudicada com este remanejamento. O Presidente-Substituto, Carlos Alberto
76 Zandoná, coloca a proposta em apreciação, sendo então pactuada. ITEM 04 – NORMAS E
77 DIRETRIZES DA ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR: Ednalva Maria
78 Gomes/SES faz a apresentação informando que o projeto de Saúde do Trabalhador foi
79 elaborado no ano de 1999 e que em 2000 foi apresentado nos Conselhos Municipais dos 10
80 (dez) municípios contemplados sendo eles: Araguatins, Araguaína, Colinas, Dianópolis,
81 Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Paraíso, Porto Nacional e Palmas, onde foram feitos
82 levantamentos da população, território, densidade e a PEA (População Economicamente
83 Ativa), seguindo os critérios de escolha dos municípios que possuem maior diversidade e
84 oportunidades de trabalho que, conseqüentemente, tem maior incidência de acidente de
85 risco e doenças relacionadas ao trabalho. O objetivo do projeto não é criar um novo serviço
86 e sim capacitar os profissionais da rede de saúde para melhor identificação da enfermidade,
87 através de treinamentos e equipamentos. Diz também que o recurso que foi recebido foi
88 utilizado na capacitação, compra de equipamentos para a Coordenação Estadual de Saúde
89 do Trabalhador e para os municípios contemplados. Ademir José dos Santos
90 SMS/Araguaína pergunta como será montado o serviço para tratar da reabilitação do
91 trabalhador. Maria Verônica Gonçalves Lira/SES diz que o trabalhador já está sendo
92 atendido e que a princípio é preciso que os profissionais de saúde se sensibilizem,
93 identificando as causas das entradas nos sistemas de saúde para que se faça um estudo
94 das necessidades dos trabalhos de reabilitação. Raimundo Nonato Freitas-SMS/Taguatinga
95 pede que se crie um campo no prontuário médico que melhor identifique a causa da
96 entrada no serviço de saúde, onde questiona se foi acidente de trabalho ou faz relação ao
97 mesmo. Valéria Silva Paranaguá-SES diz que existe no formulário de AIH um campo que

98 pergunta a causa da internação e que os médicos preenchem como urgências e
99 emergências, uma vez que se preencher acidente de trabalho teria que apresentar um
100 Boletim de Ocorrência, onde o profissional poderia ser questionado junto ao Ministério do
101 Trabalho, por isso e pelo fato de que o custo da AIH continua o mesmo se identificar ou
102 não o acidente, falta sensibilidade dos profissionais de saúde no preenchimento do campo
103 citado. Maria Verônica Gonçalves Lira/SES faz a leitura das Normas e Diretrizes para a
104 Saúde do Trabalhador. Sendo pactuado. ITEM 05 – INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE
105 FORMOSO DO ARAGUAIA NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
106 ESSENCIAIS PARA A SAÚDE MENTAL- PORT. 1.077/MS: Adenilda de S. Borges/SES
107 explica a Portaria/MS nº1077/98 sobre a reestruturação da reforma psiquiátrica. Lembrando
108 que como o recurso para aquisição de medicamentos para a Saúde Mental era pequeno
109 ficou dividido entre os NAPS's, deixando em aberto para que o município que estivesse
110 qualificado conforme a portaria, poderia entrar com o pleito para o recurso. Apresentando
111 então, o pedido de Formoso do Araguaia à e tabela onde propõe retirar 15% (quinze por
112 cento) de cada um dos contemplados para o Município de Formoso do Araguaia, uma vez
113 que esteve no local e considera o município apto à execução do serviço. O Presidente-
114 Substituto, Carlos Alberto Zandoná, diz que como se trata de um assunto polêmico que se
115 refere a dinheiro propõe aos municípios que se juntem para decidir com a técnica da SES,
116 se bloqueia o pedido de Formoso do Araguaia até que seja encaminhado à CIT o ofício que
117 pede a triplicação desse recurso e a resposta do mesmo, para que se tenha condição de
118 atender também a outros municípios. Deixando para a mesa decidir. Ademar José dos
119 Santos SMS/Araguaína afirma que os recursos destinados à Saúde Mental não dá para
120 atender a todos os pacientes cadastrados. Adenilda Borges diz que mesmo sem o recurso o
121 Município de Formoso do Araguaia tem pacientes cadastrados, propondo então que seja
122 aprovado o pleito de Formoso do Araguaia, deixando os municípios que vierem a solicitar
123 para depois que for aprovado o pedido de aumento do teto. Ademar José dos Santos
124 SMS/Araguaína concorda com a divisão do recurso, pedindo que seja revisto o percentual.
125 Valéria Silva Paranaguá diz que tem que levar em conta a per capita de Formoso do
126 Araguaia, uma vez que vai atender somente a ele. O Presidente-Substituto, Carlos Alberto
127 Zandoná, propõe a redução de 10% (dez por cento) dos recursos dos municípios do Estado
128 contemplados no Programa Saúde Mental, até que seja apresentado um novo estudo pela
129 técnica da SES. Ficando então pactuada essa proposta por todos os membros presentes.

130 ITEM 06- ASSUNTOS GERAIS: Terezinha de Jesus Pinheiro Franco fala sobre o Programa
 131 Bolsa Alimentação que ainda está na fase de estudo e que será colocado em prática após
 132 reunião com os municípios que quiserem aderir. Apresenta também, o resultado parcial da
 133 Campanha de Detecção do Diabetes, onde o Tocantins atingiu o índice de 76,6% de
 134 cobertura. Linvalda Rodrigues H. de Araújo apresenta parecer favorável da equipe técnica
 135 PCS/PSF sobre a implantação de 01(uma) equipe do PSF para o município de
 136 Wanderlândia e 03 (três) equipes do PSF para o município de Formoso do Araguaia, onde
 137 foi pactuado por todos os presentes. Em seguida, apresenta o valor de referência de R\$
 138 1.000,00(hum mil reais) para Cirurgião Dentista da Equipe de Saúde Bucal, tendo como
 139 base o valor pago a outros profissionais dos programas PACS/FSF, sendo pactuados pelos
 140 membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente-Substituto agradeceu
 141 a presença de todos e declarou encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos. E
 142 para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo
 143 Senhor Presidente-Substituto e demais membros presentes.

144

145 ASSINATURAS:








